

Sistema Único de Saúde brasileiro: avanços, desafios e perspectivas

Brazilian Unified Health: Progress, challenges and prospects

José Gomes Temporão

Diretor executivo do Instituto Sul-americano de Governo em Saúde da Unasul, ex-professor e pesquisador da ENSP/Fiocruz, ex-ministro da saúde (2007-2010)

Em todos os países do mundo a questão da saúde em sua dimensão mais global, é objeto de análises e motiva acirradas discussões. A saúde em sua dimensão humana básica e essencial ocupa editoriais da grande imprensa, permeia discussões nas redes sociais e preocupa famílias e cidadãos.

No Brasil, nos últimos 25 anos saímos de um modelo centralizado e autoritário para uma radical descentralização com participação da sociedade no controle da política de saúde. Ampliou-se muito a cobertura e o acesso a procedimentos dos mais simples aos mais complexos. O impacto desta política sobre indicadores como expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil, entre outros foi extremamente importante. Em nosso país a existência do Sistema Único de Saúde faz a diferença.

Um dos aspectos centrais do debate em torno dos múltiplos aspectos que envolvem as políticas de saúde é a questão da sustentabilidade dos sistemas de saúde. Os vários e complexos processos de transição que afetam os sistemas de saúde impactam os custos e a macro governança institucional. Refiro-me às transições epidemiológica, demográfica, alimentar, tecnológica e cultural. E nos países em desenvolvimento o impacto dessas transformações ganha um significado específico que demandam estratégias diferenciadas de enfrentamento.

O rápido envelhecimento da população com a redução da mortalidade geral e da taxa de fertilidade das mulheres, se expressa no predomínio das doenças crônico-degenerativas como as principais causas de morte e de adoecer da população. A associação desse processo à intensiva urbanização e modernização da vida nas grandes cidades, traz o sedentarismo progressivo com as novas formas de entretenimento (TV, jogos eletrônicos, internet) e as crianças, expulsas do espaço público pela violência, são as principais vítimas desse processo.

As mudanças na dinâmica da família brasileira com o crescente papel das mulheres no mercado de trabalho, a falta de tempo para fazer as refeições em casa, o surgimento dos alimentos semi-prontos e do forno de micro-ondas, mudam o padrão alimentar e apontam para o consumo em excesso de açúcar, gorduras e sal. Pesquisa recente do Ministério da Saúde

revela que metade da população brasileira está acima do peso e que 15% são obesos.

Esse complexo processo se conecta às mudanças na tecnologia médica, na organização dos sistemas de saúde e na capacidade de cada país de desenvolver e produzir as tecnologias adequadas ao enfrentamento desse novo perfil de carga de doença. A estruturação de uma estratégia nacional voltada para o campo da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico e da redução da dependência externa no campo do domínio das novas tecnologias médicas, como já vem fazendo o Brasil passa a ter um papel central dentro das políticas de saúde.

Um dos principais componentes em todo esse processo é a maneira como se organizam os serviços e as tecnologias para enfrentar o quadro epidemiológico. Sistemas de saúde organizados para o enfrentamento de quadros agudos, obrigatoriamente devem migrar para organizar redes de cuidados voltados para doenças crônicas, processos neuro-degenerativos, quadros depressivos entre outros. Redes integradas que coloquem a atenção primária em saúde como eixo dessa estrutura em torno do qual se organizam práticas, estratégias e tecnologias, terão maior sucesso na busca da qualidade e da equidade em saúde.

Por fim aspectos que permeiam o campo cultural e das ideologias também se inserem nessa teia de vetores que plasmas os modernos sistemas de saúde. Pacientes cada mais informados sobre saúde (não necessariamente adequadamente informados) se transformam em consumidores vorazes de métodos, técnicas e produtos colocados no mercado. Não necessariamente para atender direitos ou necessidades, mas muitas vezes para atender desejos. Questões polêmicas como o processo de judicialização da saúde, da medicalização da vida cotidiana, da influencia das estratégias mercadológicas das indústrias da saúde sobre os prescritores; impactam práticas, custos e o desempenho dos sistemas de saúde em todo o mundo.

São inúmeros desafios que vão da conquista definitiva da sustentabilidade econômico-financeira, passando pela busca de um grau maior de eficiência e qualidade, até a implantação de políticas intersetoriais e transversais para atuar sobre os determinantes sociais da saúde. Resta ainda um longo caminho a percorrer. Temos que olhar essa construção como um processo político que vai atravessar gerações. Um processo político-ideológico de construção de uma consciência onde coletivamente enquanto nação possamos compreender o valor do SUS como bem, patrimônio do povo e política insubstituível de conquista de cidadania e de redução de desigualdades.